



DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-57652025v30id290835>

RESPONSABILIDADE SOCIAL UNIVERSITÁRIA: UMA PROPOSTA DE AVALIAÇÃO

University social responsibility: a measurement proposal

Responsabilidad social universitaria: una propuesta de medición

Júlia Elisabete Barden¹

E-mail: jbarden@univates.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9818-1844>

Valtuir Soares Filho²

E-mail: valtuir@mail.uft.edu.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6134-8383>

Resumo: As instituições de ensino superior possuem especificidades que precisam ser levadas em consideração quando analisadas na perspectiva da Responsabilidade Social. Este artigo tem como objetivo a proposição de uma matriz de atributos e indicadores de sustentabilidade no contexto da Responsabilidade Social Universitária a ser aplicado em Instituições de Ensino Superior. Para tal, por meio de revisão bibliográfica e de documentos atinentes ao Ensino Superior, foram identificadas categorias de análise. A partir disso, aplicou-se a metodologia *Delphi* para a validação da matriz dos atributos e dos indicadores de sustentabilidade. Dentre os resultados, propõe-se uma matriz que leva em consideração quatro atributos (campus sustentável, transparência, integralidade e pertença comunitária) e quatro dimensões para análise (gestão, ensino, pesquisa e a extensão) desdobrados em 50 indicadores que auxiliam na mensuração dos impactos das Instituições de Ensino Superior na sociedade.

Palavras-chave: educação superior; indicadores de sustentabilidade; método *Delphi*.

¹ Universidade do Vale do Taquari. Lajeado, RS, Brasil.

² Universidade Federal do Tocantins. Palmas, TO, Brasil.

Abstract: Higher education institutions have specificities that need to be taken into consideration when analyzed from the perspective of Social Responsibility. This article aims to propose a matrix of sustainability attributes and indicators in the context of University Social Responsibility to be applied in Higher Education Institutions. To this end, through a bibliographical review and documents related to Higher Education, categories of analysis were identified. From this, the *Delphi* methodology was applied to validate the matrix of sustainability attributes and indicators. Among the results, a matrix is proposed that takes into account four attributes (sustainable campus, transparency, integrality and community belonging); four dimensions of analysis (management, teaching, research and extension) broken down into 50 indicators that help measure the impacts of Higher Education Institutions on society.

Keywords: higher education; sustainability indicators; *Delphi* methodology.

Resumen: Las instituciones de educación superior tienen especificidades que deben ser tomadas en consideración cuando se analizan desde la perspectiva de la Responsabilidad Social. Este artículo tiene como objetivo proponer una matriz de atributos e indicadores de sostenibilidad en el contexto de la Responsabilidad Social Universitaria para ser aplicados en las Instituciones de Educación Superior. Para ello, a través de una revisión bibliográfica y de documentos relacionados con la Educación Superior, se identificaron categorías de análisis. A partir de esto se aplicó la metodología *Delphi* para validar la matriz de atributos e indicadores de sostenibilidad. Entre los resultados se propone una matriz que toma en cuenta cuatro atributos (campus sustentable, transparencia, integralidad y pertenencia comunitaria); cuatro dimensiones de análisis (gestión, docencia, investigación y extensión) desglosadas en 50 indicadores que ayudan a medir los impactos de las Instituciones de Educación Superior en la sociedad.

Palabras clave: educación superior; indicadores de sostenibilidad; método *Delphi*.

1 INTRODUÇÃO

As universidades são instituições com tradição social, são organizações complexas e únicas no tecido social, principalmente no que se refere a sua estrutura, à forma de gestão e aos processos de decisão; elas caracterizam-se como instituições de serviço que possuem Responsabilidade Social (RS).

No contexto universitário, a RS é uma política de gestão da universidade que redefine a tradicional extensão e projeção social solidária, introduzindo uma abordagem global ao cuidado dos impactos administrativos e acadêmicos em todos os processos universitários. Esta política tem sido paulatinamente compreendida como Responsabilidade Social Universitária (RSU) ao trazer consigo elementos que vão ao encontro da particularidade dos impactos que as Instituições de Ensino Superior (IES) causam à sociedade.

Ao tratarem da autonomia universitária e da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) induzem as IES a terem direitos e deveres. Dessa forma, o direito de tomar rumo de suas decisões traz consigo o dever de assumir a responsabilidade por seus processos e impactos, de maneira a responder às necessidades de transformação da sociedade em que está inserida.

A universidade tem a capacidade, como instituição social, de influenciar uma variedade de grupos de interesses (*stakeholders*), comunidades e sociedade como um todo. Além disso, as universidades e as comunidades locais podem beneficiar-se de um envolvimento eficaz entre universidade/comunidade, especialmente em termos de aumentar o entendimento mútuo, compartilhar instalações e conhecimento, identificar recursos adicionais que podem ser utilizados e contribuir para o desenvolvimento local sustentável (Chen; Vanclay, 2021).

Por outro lado, as IES não possuem a obrigatoriedade de evidenciar suas práticas de RS. No caso das Instituições Comunitárias de Educação Superior (ICES), a Lei nº 12.881/2013 estabelece, no art. 4º, item IV, que, no requerimento de qualificação como ICES, essas instituições devem apresentar ao MEC um Relatório de Responsabilidade Social referente ao exercício do ano anterior. Além disso, o art. 3º da mesma lei determina que as ICES adotem normas de prestação de contas que incluam a publicidade do relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade (Brasil, 2013). Assim, embora muitas ICES publiquem relatórios de responsabilidade social, a legislação não estabelece uma exigência explícita de prestação de contas ao poder público sobre suas práticas de RS.

Outras regulamentações, como as que tratam da Certificação das Entidades Benéficas de Assistência Social (CEBAS), podem, no entanto, incluir exigências adicionais nesse sentido. Essa certificação é regulamentada pela Lei nº 12.101/2009 que trazem exigências de transparência e publicidade das atividades das instituições beneficiadas (Brasil, 2009b). Embora a legislação não exija explicitamente que todas as ICES prestem contas sobre suas práticas de responsabilidade social, aquelas com CEBAS

devem apresentar relatórios detalhados de suas atividades, incluindo ações sociais e educacionais, ao Ministério da Educação (MEC), como condição para manter a certificação e os benefícios fiscais.

No que se refere às especificidades dos impactos gerados pelas IES (sejam estes ambientais internos ou externos, educacionais ou epistemológicos), não há critérios ou procedimentos padrão definidos, de modo que cada IES os relata de uma forma. Um conjunto de critérios definidos tenderia a elevar o grau de análise e o monitoramento de suas práticas e ações de sustentabilidade.

Por outro lado, a determinação de indicadores específicos para o segmento da Educação Superior precisa levar em conta os atributos de sustentabilidade que permitam atestar o nível de envolvimento com o desenvolvimento sustentável que uma IES pretende. Atributo é uma qualidade ou característica associada a um elemento que se está analisando e avaliando (Leal Jr.; Guimarães; Pereira, 2017). Atributos de sustentabilidade definidos servem como um guia, com o objetivo de representar suas características. Estando eles determinados e claros, poderão mitigar dúvidas interpretações a seu respeito e ainda evidenciar as condições que tornam uma organização sustentável, ao revelar os meios que ela buscou para alcançar tal sustentabilidade.

A partir disso, entende-se que as universidades são organizações únicas, uma vez que precisam ir além das três dimensões da sustentabilidade (econômica, social e ambiental), incluindo também as especificidades de suas atividades organizacionais - educação, pesquisa, operações e alcance comunitário (Lozano *et al.*, 2015; Vallaey, 2018).

Este artigo tem como objetivo a proposição de uma matriz de atributos e de indicadores de sustentabilidade no contexto da RSU aplicável a todas as IES, independente da organização acadêmica. Considerando que o SINAES abrange as diferentes organizações acadêmicas, a proposta visa oferecer um modelo adaptável à diversidade institucional do ensino superior brasileiro. Para tal, utilizou-se da metodologia *Delphi* para a validação da matriz dos atributos e dos indicadores de sustentabilidade com especialistas que atuam no ensino superior, seja com atuação na atividade-fim ou na gestão das IES.

Nesse entendimento, as IES são compreendidas como organizações que impactam a vida de seus distintos *stakeholders* (administrativo, docente e discente) e a forma como organizam suas atividades cotidianas causam impactos ambientais, econômicos e sociais. Conforme Vallaey (2018) é na universidade que se forma o mais alto nível de qualificação do indivíduo, do ponto de vista técnico, científico e humano, ou seja, formação de caráter profissional e formação cidadã, baseadas na perspectiva da mudança almejada pela sociedade.

Além desta introdução, este artigo apresenta a seguinte estrutura: na seção 2, são discutidos os fundamentos teóricos que suportaram a idealização da matriz de atributos e indicadores. Na seção 3, abordam-se os aspectos metodológicos da pesquisa e da construção da matriz. Na seção 4, são discutidos os resultados parciais obtidos e, por fim, a quinta seção tece considerações finais da pesquisa.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Responsabilidade social universitária e sustentabilidade

A RSU é um conceito que se conecta aos termos Responsabilidade Social, Responsabilidade Social Empresarial, Responsabilidade Socioambiental, Desenvolvimento Sustentável e Educação para a sustentabilidade (Meserguer-Sánchez *et al.*, 2020). Essa afirmação vai ao encontro de Vallaey (2018), pois este entende que, na RSU, se concentra a possibilidade da promoção do diálogo entre a IES e a sociedade. Para o autor, a RSU não está para atender ao mercado, nem tampouco para evidenciar a sua filantropia, no caso das IES privadas, ou para mostrar quão inclusiva e aberta às camadas periféricas e às castas desprivilegiadas da sociedade são as IES públicas.

RSU representa a função pública da Educação Superior, a qual não se limita a função instrumental de capacitação técnica e de treinamento de profissionais às empresas, mas agrega pertinência social, responde às demandas e às carências da sociedade (Dias Sobrinho, 2005; Calderón; Gomes; Borges, 2011; Martí-Noguera, Calderón, Fernández-Godenz, 2018). A RSU vem sendo apresentada como uma maneira de se operacionalizar a sustentabilidade na sociedade (Ahmad *et al.*, 2020; Lavor Filho *et al.*, 2021).

Investigar a relação da RSU nas IES é uma das tarefas das entidades de ensino, como forma de se intensificar o debate acerca dos distintos impactos gerados por elas na sociedade. Há uma dificuldade de institucionalizar ações de RSU. Elas são realizadas, mas estão fragmentadas, não propiciando condições à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. O ensino é considerado socialmente responsável, quando se tem uma educação que prepara o indivíduo para viver em sociedade com ética, sendo responsabilmente social, de modo a proporcionar uma educação pautada pela formação integral humana, conectando conhecimento com qualidade de vida (Calderón, 2005, Calderón; Gomes; Borges, 2016; Martí-Noguera; Calderón; Fernández-Godenz, 2018; Adel; Zeinhom; Younis, 2021).

Na sociedade da informação e do conhecimento, os impactos gerados pela universidade são educativos, pela formação acadêmica; cognitivos, provocados pela investigação e pesquisa; sociais, emanados das ações de extensão, e organizacionais, traduzidos na forma de gestão (Vallaey, 2017, 2018). Dessa forma, trata-se da base da universidade quando se decide colocar em prática um conjunto de princípios e de valores, gerais e específicos, éticos e morais por meio de quatro processos considerados chave: gestão, docência, pesquisa e extensão universitária, respondendo socialmente, desta forma, perante a própria comunidade universitária e o país em que está inserida (Vallaey, 2018).

Assim, a RSU pode ser traduzida como uma política de gestão da qualidade ética da universidade, que busca alinhar seus quatro processos com sua missão, seus valores e compromisso social por meio da conquista da transparência e participação dialógica da comunidade universitária. Isto posto, projeta-se nesse movimento a ideia de uma transformação da sociedade em direção à solução de seus problemas de exclusão, de desigualdade e de sustentabilidade (Vallaey, 2006, 2017).

No íterim da discussão em torno da RSU, Yousuf (2018) entende que as normas internacionais ISO 9001 e 26.000 contribuíram com a concepção de parâmetros do que vem a ser RS nas IES, uma vez que a primeira trata da qualidade dos sistemas de gestão e acreditação, certificando universidades que a ela aderem em termos de processos de organização e planejamento de atividades. Já a segunda pode estabelecer a gestão e o foco da RS nas universidades a partir de uma perspectiva gerencial para uma projetada para a sociedade. Essa mesma concepção, assemelha-se ao texto do inciso III, do artigo 3º, da lei que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), em que a RSU, ou seja, a RS no âmbito das IES é qualificada como uma das dez dimensões do processo de autoavaliação das IES (Brasil, 2009a).

Outra ação internacional, que contribuiu com a RS nas IES e, por extensão, com a RSU, foi o Processo de Bolonha - marco regulatório da reforma institucional do ensino superior na Europa - que motivou a criação do Espaço Europeu do Ensino Superior (EHEA), cuja base se organiza nos princípios da qualidade, mobilidade, diversidade e competitividade. Inicialmente orientado pela mercantilização do ensino superior em escala global, posteriormente incorporou a dimensão social das IES, de modo a enfatizar a responsabilidade pública dela em relação ao desenvolvimento de sua dimensão social (Meseguer-Sánchez *et al.*, 2020).

Da mesma forma, a ONU, com iniciativas globais em prol da sustentabilidade, tanto pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), em 2000, quanto pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), constantes na Agenda 2030, em 2015, principalmente no ODS 4 (ONU, 2015), tem contribuído em relação à RSU por preconizar uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade que promova oportunidades de aprendizagem durante toda a vida para todos. As iniciativas, como as que são citadas anteriormente, estão gradualmente motivando as universidades a responderem à sociedade com novas abordagens pedagógicas que contribuam para o desenvolvimento de uma sociedade justa e sustentável. Ao analisar os documentos das iniciativas citadas, ora essa motivação é denominada Responsabilidade da Educação, ora Responsabilidade Social da Universidade, entretanto, no cenário mundial é mais comum utilizar o termo RSU (do inglês *University Social Responsibility* - USR).

Na América Latina o conceito de RSU foi construído ao longo do tempo, pautado pela discussão filosófica a respeito da ética entre as instituições acadêmicas e a influência da Igreja Católica na vida pública ibero-americana, tal como escreve Parsons (2014). A partir do início dos anos 2000, começaram a ser construídos, na América Latina, modelos e compromisso social universitário sob o nome de RSU a partir da ideia de redefinir a função social da universidade face aos desafios éticos da globalização (Vallaey; Rodríguez, 2019). Os modelos foram construídos em parceria entre IES e comunidade.

A RSU, como colocada na realidade latino-americana, é uma corrente com quase duas décadas de existência. Iniciou com a rede chilena de universidades "*Universidad Construye País*", seguida pela Iniciativa Interamericana de Ética, Capital Social e Desenvolvimento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e continua com a criação da *Unión de Responsabilidad Social Universitaria Latinoamericana* (URSULA). A

iniciativa da RSU da URSULA concentra quatro áreas da gestão dos distintos impactos das IES traduzidos em: gestão organizacional, formação, cognição e participação social, contempladas em 66 indicadores de desempenho distribuídos em 12 metas. Para esta pesquisa, o modelo de RSU foi selecionado como base em razão de ser adotado em 170 universidades de 14 países do continente latino-americano, inclusive no Brasil (URSULA, 2019). Outro motivo que levou à escolha é o fato dele contemplar as dimensões previstas nos modelos anteriores a sua criação, nos anos de 2010.

Figura 1 – As 12 metas de RSU do Modelo URSULA



Fonte: Vallaeyes (2019); URSULA (2019).

A URSULA apresenta um conjunto de instrumentos, denominado manual de primeiros passos, destinado às IES, para identificar medidas para uma sociedade mais justa e sustentável. Trata-se de um roteiro para instituir processos de diálogo e de autodiagnóstico com o propósito de que as instituições interajam em suas diferentes áreas e funções e colaborem com o desenvolvimento do ambiente em que estão inseridas (Vallaeyes; Cruz; Sasia, 2009; Kiszner, 2016; URSULA, 2019). De acordo com Vallaeyes, Cruz e Sasia (2009), no modelo URSULA de diagnóstico da RSU, há quatro passos a serem seguidos: comprometimento, autodiagnóstico, cumprimento/*compliance* e prestação de contas (*accountability*).

Na primeira etapa, a IES firma um compromisso com a comunidade, semelhante ao que se faz quando está realizando o planejamento estratégico da organização (Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, Projeto Pedagógico Institucional - PPI, dentre outros instrumentos). Firmar um compromisso com a comunidade é chegar a um consenso amplo para se alcançar participação ativa. Desta forma, está sendo gerada uma cultura a partir da comunicação e incentivo à participação, para que a organização se alinhe aos interesses dos seus *stakeholders* (URSULA, 2019; Vallaeyes, 2021). Nesse entendimento, a

RSU pode ser definida, do ponto de vista da análise, como gestão e controle dos impactos causados pela universidade, considerando as expectativas ou demandas dos grupos de interesse (Chicharro; Carrillo; Rosa, 2015).

As iniciativas para avaliação da sustentabilidade em IES são desenvolvidas pelas próprias instituições de ensino e por partes interessadas externas, como agências de financiamento públicas e privadas, agências de acreditação, organizações internacionais e organizações de caridade também são encontradas entre os desenvolvedores dos sistemas de avaliação da sustentabilidade. Vale destacar que, embora as IES tenham cada vez mais incorporado a sustentabilidade em suas práticas cotidianas, seus esforços tendem a ser compartimentados e focados nas operações internas pouco abordando sua função social distinta na sociedade e os impactos específicos de seu contrato social. Sendo assim os indicadores existentes são pontos de partida para o desenvolvimento de novas abordagens de avaliação que atentem às essas particularidades como avaliar os impactos que elas têm fora de seus limites (Greenmetric, 2018; Horan; O'regan, 2021; Sindelar; Barden; Stülp, 2021).

No que se refere à divulgação da sustentabilidade em IES, Lozano *et al.* (2015), Ceulemans; Lozano; Alonso-Almeida (2015) e Weber *et al.* (2020) sinalizam que, embora tenha havido um aumento considerável na publicação de relatórios de sustentabilidade, para evidenciarem-se os indicadores de sustentabilidade no mundo corporativo na última década, os relatórios de sustentabilidade de instituições de ensino superior ainda se encontram em estágio inicial.

Um ponto essencial para que os indicadores possam cumprir sua função em contribuir para medir, diagnosticar e prever possíveis cenários é o estabelecimento de atributos (Alshuwaikhat; Abubakar, 2008; Aina; Abubakar; Alshuwaikhat, 2019). Além do mais, eles contribuem para a institucionalização da sustentabilidade nas IES.

A definição de atributos pode auxiliar na construção de um modelo de sustentabilidade, ao mesmo tempo em que fornece uma maneira nova de se refletir sobre práticas de sustentabilidade. Sendo assim, para que um grupo de indicadores se torne viável e prático, é importante que eles possuam atributos qualificáveis, conforme define Lima (2017) e Bahia (2021). Esses autores entendem que a definição de um rol de atributos para indicadores garantirá qualidade e efetividade aos indicadores de sustentabilidade utilizados para mensurar as práticas sustentáveis nas organizações.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa é exploratória e descritiva, com abordagem qualiquantitativa. A proposta da matriz de atributos e de indicadores de sustentabilidade para IES, no contexto da RSU, partiu dos estudos de Maser, Astier, López-Ridaura (1999) e Verona (2008), ao proporcionarem uma estrutura para avaliação da sustentabilidade de sistemas de gestão de recursos naturais (MESMIS, na sigla em espanhol). Na releitura da metodologia MESMIS, procurou-se aproximação de uma avaliação sistêmica da sustentabilidade,

defendida por Marcus *et al.* (2015); participativa, interdisciplinar e transversal, defendida por Vallaes (2018); e do Manual de Responsabilidade Social Universitária (URSULA, 2019).

As categorias de análise foram identificadas a partir da revisão bibliográfica e de documentos atinentes ao Ensino Superior que caracterizam suas especificidades (como a estrutura do PDI). Para a validação da matriz dos atributos e indicadores, aplicou-se a metodologia *Delphi* modificada. Enquanto metodologia de pesquisa qualitativa, o método *Delphi* destaca-se como técnica de investigação, o qual permite agrupar opiniões de um painel de especialistas separados geograficamente, mas com *expertise* em assuntos similares. O método *Delphi* é definido como uma metodologia para estruturar um processo de comunicação coletiva, de modo que este seja efetivo, ao permitir a um grupo de indivíduos, como um todo, lidar com um problema complexo (Linstone; Turoff, 2011). Conforme Pareja (2003), o Método *Delphi* é uma técnica que chega a concluir opiniões sobre algum assunto, no qual são usados pesquisas ou questionários. Afirma-se, ainda, que a ferramenta fornece informações confiáveis para a tomada de decisão.

Nesse estudo, utilizou-se a versão denominada *Delphi* modificado, conforme assinalam Murray e Hammons (1995) e Linstone e Turoff (2011), no cotidiano, esse modelo está sendo cada vez mais utilizado. Na versão original da técnica *Delphi*, três ou mais rodadas são realizadas, enquanto no chamado modelo modificado, ocorrem apenas duas, uma vez que esse método levado ao extremo pode tornar-se uma tarefa longa e custosa para ambas as partes (pesquisador e especialistas); cada rodada leva um tempo significativo e, com duas rodadas, é mais fácil manter o interesse dos participantes (Meneses *et al.*, 2018). A utilização de um *Delphi* modificado sem um número de rodadas muito longas facilita também a participação de especialistas e minimiza as desistências durante o processo (García *et al.*, 2019). O objetivo central do método é encontrar consenso fundamentado entre um grupo de especialistas em relação a um determinado assunto ou problema (Facione, 1990).

Nas rodadas, os especialistas ponderam sobre a especificidade e a sensibilidade daquilo que se almeja avaliar. Nesse processo, soma-se a análise da redação dos itens do instrumento em questão, bem como sua relevância e grau de adequação com relação à questão, ao acrescentar comentários e sugestões.

O processo de utilização do método *Delphi* modificado, nesta pesquisa, foi dividido em 10 etapas, segundo sugerem Linstone e Turoff (2011) e Yousuf (2007), tal como é representado no Quadro 1 a seguir.

Quadro 1 – Etapas da aplicação do método *Delphi* modificado

Etapa	Atividade realizada
1	Construção dos instrumentos da pesquisa
2	Escolha do grupo de especialistas
3	Primeiro contato com os especialistas, esclarecimento da metodologia e convite para participação na pesquisa
4	Envio dos instrumentos construídos via <i>e-mail</i> para a fase da primeira rodada
5	Recebimento das contribuições dos especialistas para compilação da primeira rodada
6	Análise qualitativa e quantitativa das devolutivas dos instrumentos a partir do <i>feedback</i> dos especialistas na primeira rodada
7	Envio do novo instrumento aos especialistas com as adequações consolidadas para início da segunda rodada
8	Recebimento da devolutiva dos especialistas no instrumento para compilação da segunda rodada
9	Análise qualitativa e quantitativa das devolutivas dos instrumentos a partir do <i>feedback</i> dos especialistas na segunda rodada
10	Final do processo e escrita do relatório final

Fonte: Adaptado de Linstone e Turoff (2011) e Yousuf (2007).

O número de especialistas para compor o painel é de 10 a 18 indivíduos, não devendo ultrapassar 30 (Munaretto; Corrêa; Cunha, 2013). Para a definição do número e as características dos especialistas, leva-se em consideração a questão-problema analisada e a distribuição geográfica deles no contexto investigado. Powell (2003) defende que não há necessidade de uma amostra ter representação estatística, devendo tomar por base a qualidade do painel de especialistas, somando-se a expertise e o conhecimento dos painelistas no assunto central do objeto de estudo. Marques e Freitas (2018) sinalizam que é aconselhável começar com um grupo de especialistas de tamanho confortavelmente superior ao mínimo que se quer atingir, uma vez que, normalmente, no máximo metade das pessoas responde ao primeiro contato, e é comum alguns participantes desistirem no meio do processo, de modo a levar o tamanho do painel a diminuir de rodada para rodada.

Nesse estudo, os convites para o painel de especialistas buscaram assegurar a maior representatividade das áreas de atuação didático-pedagógica e de gestão em IES abrangendo universidades, centros universitários e faculdades. Assim, a seleção dos especialistas considerou sua experiência acadêmica e administrativa, independentemente da organização acadêmica a que pertenciam. Entretanto, acima de tudo, a escolha do especialista se deu em razão de sua aderência ao tema da pesquisa, identificada por meio dos currículos *lattes*. A composição do grupo incluiu representantes de diferentes cargos e funções acadêmico-administrativas: Avaliador do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP (01); Coordenação de Comissão Própria de Avaliação - CPA (01); Coordenação de Curso (01); Direção de *Campus* (01); Núcleo Administrativo (01); Reitoria (01); Pró-reitoria (02); e Docente Universitário (5). No total, 13 especialistas participaram da validação dos indicadores, provenientes de universidades,

centros universitários e faculdades, garantindo diversidade institucional na análise e validação da matriz.

Ao todo, foram contatados, via telefone e e-mail, 18 especialistas localizados no Tocantins, Paraná, Rondônia, São Paulo e Rio Grande do Sul, dos quais cinco declinaram após o envio do material para análise via correio eletrônico (primeira rodada) por assumirem desconhecimento do tema atributos, indicadores e RSU e dos documentos institucionais previstos na análise. Após o recebimento das contribuições dos 13 especialistas, as sugestões foram analisadas em face da pertinência do alcance dos objetivos e considerando os apontamentos teóricos e da literatura utilizada na pesquisa. O instrumento consolidado foi enviado aos especialistas para a segunda e definitiva rodada. Após o nível desejado de consenso, os instrumentos foram aplicados.

O método é caracterizado por uma sequência de rodadas que contempla o envio de instrumento de pesquisa à/ao especialista e o seu retorno ao pesquisador. O final das rodadas é definido pela construção de um consenso a partir da superação/eliminação de divergências. Neste entendimento, Grisham (2009) destaca que 80% de consenso é um bom indicador. Nesse estudo, esse percentual foi atingido.

Nas duas etapas da validação do instrumento que deu suporte à idealização da matriz de atributos e indicadores, compreendeu-se que, no processo de revisão pelos especialistas, diferentes estratégias metodológicas de análise constituíram uma importante etapa para aferir se o instrumento e os indicadores utilizados refletiam o constructo da avaliação. Na primeira rodada, os 13 especialistas responderam, obtendo-se 100% de respostas. Na segunda rodada, quando as proposituras e análise no instrumento inicial foram enviadas e consolidadas, participaram 10 especialistas (taxa de resposta de 77%).

A estratégia utilizada para a construção da matriz de atributos e indicadores considerou diferentes abordagens: revisão de literatura sobre o assunto; consulta ao modelo de RSU adotado pela URSULA; e pelas evidências identificadas na rodada com os especialistas. Nas rodadas com os especialistas, foram identificados indicadores que comporiam a matriz, métricas muito similares às utilizadas no modelo URSULA, tais como *campus* sustentável, inserção da IES na comunidade.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

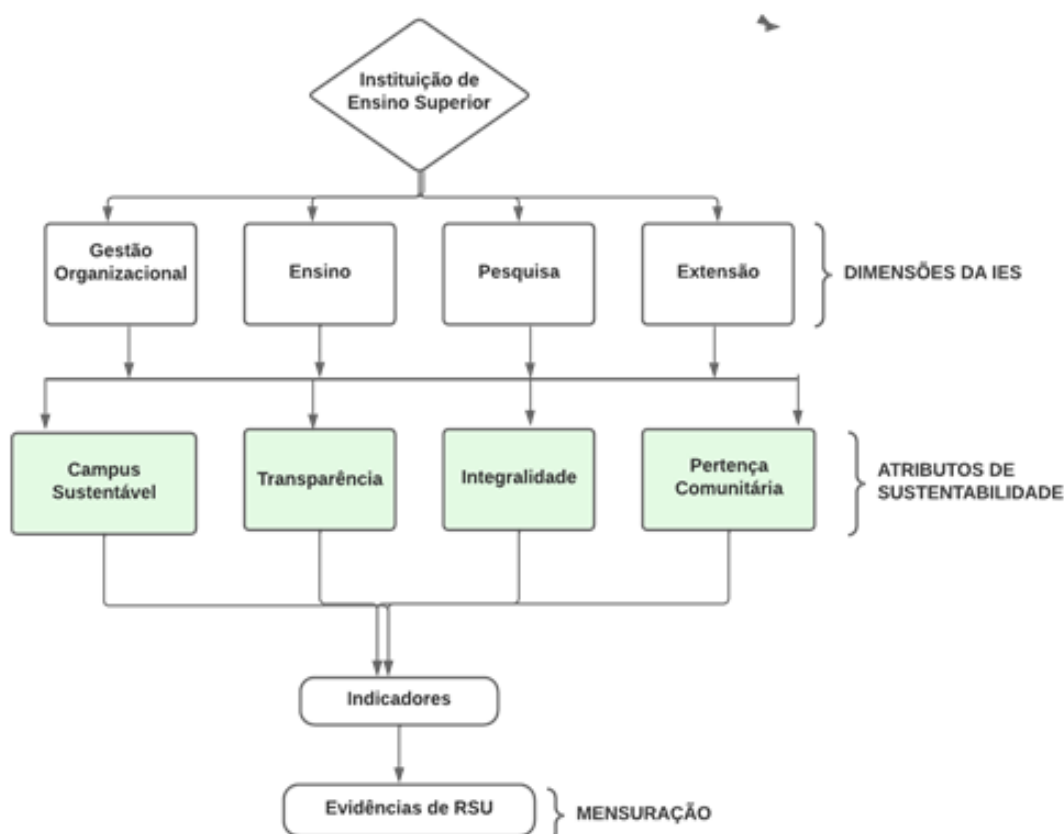
A estrutura da proposta busca evidenciar a sustentabilidade nas IES por meio de suas práticas de RSU. Para universidades e Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs), o Art. 207 da Constituição Federal determina a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, assegurando autonomia e responsabilidade (Brasil, 1988). Por outro lado, faculdades e centros universitários, embora não tenham essa obrigatoriedade, podem adotar práticas sustentáveis alinhadas ao seu perfil institucional. A matriz proposta permite a adaptação às características e necessidades específicas de cada IES, facilitando

a identificação, a implementação e a comunicação de ações sustentáveis através da RSU, traduzindo-os em atributos de sustentabilidade.

Na perspectiva dos atributos, as IES sustentáveis são assim definidas: aquelas que implementam uma gestão sustentável de seu *campus*, atuando de forma transparente e acessível à comunidade, de modo a integrar sistemicamente a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. O conjunto de atributos de sustentabilidade deve fornecer um arcabouço para orientar a evidenciação da RSU da IES a partir de suas práticas sustentáveis cotidianas.

Diante disso, o fluxograma para o diagnóstico da sustentabilidade em IES, sugerido na Figura 2, apresenta que, para cada dimensão são definidos indicadores que servem como critérios para diagnóstico e são perpassados pelos diferentes atributos da sustentabilidade. Este procedimento permite estabelecer uma relação sistêmica entre os indicadores e os atributos propostos, para então mensurar-se as condições de sustentabilidade em IES.

Figura 2 – Fluxograma para o diagnóstico da sustentabilidade em IES na perspectiva da RSU: em relação as dimensões, atributos e indicadores.



Fonte: elaboração própria.

A partir dos atributos de sustentabilidade propostos, sugere-se que as IES evidenciem suas práticas de RSU, tendo como premissa quatro dimensões de atuação. Parte dessas dimensões (ensino, pesquisa e extensão) está prevista na legislação educacional brasileira, implicitamente, no contexto da Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional (Brasil, 1996) e explícita no artigo 207 da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) e da gestão organizacional em estudos de indicadores de sustentabilidade sugeridos por Vázquez (2015), Vallaey (2018), Ursula (2019). Vallaey (2017) enfatiza, sobre a teoria da RSU, que a IES precisa eleger uma política racional, coerente e transversal dos distintos impactos de sua atividade na sociedade.

Nesse sentido, o controle dos impactos (organizacionais - gestão, educativos - ensino, cognitivos - pesquisa e sociais - extensão) que a universidade gera oferece oportunidades para que elas assimilem a sustentabilidade em práticas cotidianas, de maneira a transformar o ambiente em que estão inseridas, a fim de construir uma sociedade sustentável. Ao determinar os tipos de impactos gerados e tornar perceptíveis os riscos que estão associados a eles, a universidade tem a oportunidade de promover iniciativas de mitigação, considerando o envolvimento da comunidade acadêmica e não acadêmica. Ao reconhecer esses impactos das IES, os quatro atributos propostos concedem identidade às práticas de sustentabilidade da gestão da instituição.

4.1 Atributos de sustentabilidade

A proposta de atributos, elencados na matriz da Figura 2, baseia-se na premissa de que a sustentabilidade de uma IES é definida quando possui um *campus* sustentável, transparência em suas práticas cotidianas e forma integral e holisticamente, partindo da premissa que a comunidade pertença à IES tanto quanto ela a pertence.

Dessa forma, o atributo "*campus* sustentável" caracteriza-se pela gestão socialmente responsável da organização e de seus procedimentos institucionais, de modo a incluir o clima laboral, os processos democráticos internos e o cuidado com o meio ambiente (URSULA, 2019; Vallaey, 2021). Já o atributo transparência relaciona-se à atuação da IES ao contribuir para que suas práticas do cotidiano e os dados dela decorrentes sejam acessíveis à comunidade acadêmica ou não acadêmica (URSULA, 2019; Vallaey, 2021).

Por outro lado, o atributo "integralidade" conecta as práticas de RSU da IES à sustentabilidade, por intermédio da gestão da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, de maneira a permitir conexões entre diferentes dimensões (ambiental, econômica e social) em diferentes escalas (local a global), maximizando-se as sinergias positivas e mitigando-se as externalidades negativas. O atributo parte da premissa de que o macro está representado no micro e vice-versa, em uma perspectiva sistêmica e complexa, de forma que nada está separado, tudo está conectado (Marcus *et al.*, 2015).

O atributo "pertencimento comunitário" caracteriza-se pela gestão socialmente responsável da participação da IES na comunidade por meio de programas, projetos e

práticas, os quais geram vínculos de aprendizagem mútua e de desenvolvimento social ao contribuir para a solução de problemas sociais concretos (URSULA, 2019; Vallaey, 2021).

A combinação entre os atributos e as dimensões das IES tende a influenciar a sinergia entre eles ao proporcionar um escopo diante da criação de novos indicadores e ao apresentar resultados consistentes e fidedignos, o que pode facilitar na promoção da sustentabilidade dela, no contexto de RSU.

Diante deste contexto, acredita-se que os atributos, bem como os indicadores deles derivados, contribuam para elaboração e/ou reformulação de práticas, cotidiano da IES, culminando na construção de uma política integral de RSU. Como resultado dessa avaliação, a IES tem a oportunidade de comunicar seus processos e resultados a fim de contribuir, de fato, para que seus distintos impactos sejam mitigados, quando negativos, e externalizados como prática, quando positivos.

4.2 Indicadores de sustentabilidade

Para ampliar o conceito e a prática de RSU, esse estudo desenvolveu, a partir de Vallaey (2021) e do Manual de RSU da URSULA, um conjunto de 50 indicadores a fim de contribuir para fornecer informações das evidências concretas de tais práticas e, assim, (re)conhecer o envolvimento da IES com a sustentabilidade a partir da gestão, do ensino, da pesquisa e da extensão. Cada dimensão contempla os quatro atributos e estes, por sua vez, possuem indicadores que se constituem em evidências. A seguir são apresentados os indicadores, elencados por dimensão.

a) Gestão organizacional

Os indicadores desta dimensão estão relacionados à responsabilidade que a IES tem junto à comunidade e que podem evidenciar e mitigar seus impactos a partir da gestão do *campus* de forma transparente, sistêmica e junto à comunidade acadêmica e não acadêmica. Nesse sentido, os indicadores sugeridos incentivam as IES a estabelecer vínculos com a sociedade como prova de seu comportamento organizacional, contribuindo para se atingir uma estabilidade institucional. Para essa dimensão, a matriz propôs que sejam sinalizados indicadores conforme descritos no Quadro 2.

Quadro 2 – Dimensão gestão organizacional: atributos e indicadores

Atributo	Indicador
Campus Sustentável	Infraestrutura do campus
	Política de compras socialmente responsável
	Práticas sustentáveis no campus
	Sinergia entre funcionários e processos organizacionais
Transparência	Participação de colegiado, conselhos, Comitês Acadêmicos - CA, dentre outros nas discussões do PDI.
	Disponibilidade de dados, informação e relatórios periódicos de gestão.
	Relatório/Balanço de Responsabilidade Social
	Planejamento Estratégico construído com a comunidade acadêmica
	Abertura para recebimento de <i>feedback</i>
Integralidade	Existência de código de ética/conduita
	Valores e princípios institucionais da IES praticados e inseridos no contexto da comunidade acadêmica
Pertença comunitária	Participação da comunidade externa nas discussões do PDI
	Inserção da Agenda 2030 da ONU no planejamento
	Participação em rede RSU
	Valores e princípios institucionais da IES praticados e inseridos no contexto da comunidade não acadêmica

Fonte: Elaboração própria (2022).

Os indicadores sugeridos levam em conta o contexto universitário em que são desenvolvidas as ações administrativas e acadêmicas. Se o ambiente em que atua a IES for positivo, isso demonstra que ela está orientada para atingir seu objetivo, sua missão, sua visão, suas políticas e as metas traçadas; contudo se, em vez disso, o ambiente for negativo, isso gerará conflitos internos e externos acompanhados por uma baixa produtividade do potencial humano (Vallayes, 2021).

As práticas da IES, na perspectiva de um *campus* sustentável, sugerem ações voltadas à comunidade acadêmica e não acadêmica com ética e transparência. Dessa forma, a gestão organizacional, na perspectiva dos atributos e indicadores, orienta para uma política transversal frente aos impactos dessa gestão com resultados sistematizados (URSULA, 2019);

b) Dimensão ensino.

Os indicadores sugeridos nesta dimensão compreendem evidências que vão ao encontro do(a): capacitação acadêmica, organização curricular e metodologias de ensino que cada IES gerencia em seus próprios processos de gestão educacional. Além disso, eles conduzem a IES a perceber como está a organização de sua matriz curricular, frente à participação da comunidade acadêmica e não acadêmica.

Essa dimensão levou em consideração que as IES impactam a sociedade a partir de suas práticas de ensino. Para essa dimensão, a matriz propõe que sejam sinalizados indicadores na perspectiva dos atributos, tais como: campus sustentável, transparência, integralidade e pertença comunitária (Quadro 3).

Quadro 3 – Dimensão ensino: atributos e indicadores

Atributo	Indicador
Campus Sustentável	Capacitação em questões ambientais para acadêmicos, ao utilizar a estrutura do campus e <i>know-how</i> em sustentabilidade da IES.
	Diretrizes para que os cursos incorporem de forma transversal os temas da Agenda 2030
Transparência	Participação dos alunos na concepção e revisão dos currículos dos cursos
	Devolutiva dos resultados da autoavaliação institucional para a comunidade acadêmica
Integralidade	Atividades acadêmicas, em cooperação com outras IES, para discussão de temas relacionados à sustentabilidade.
	Momentos de formação ética e cidadã aos alunos que os ajude a serem pessoas socialmente responsáveis
	Incorporação dos resultados de suas pesquisas, estudos de caso e metodologias nos seus currículos.
	Discussão sobre as injustiças sociais e os riscos ambientais do mundo atual no planejamento didático
Pertença comunitária	Participação de não acadêmicos na atualização da matriz curricular dos cursos
	Vincula projetos de fomento ao empreendedorismo e a inovação social com ensino
	Diretrizes para educação e investigação transdisciplinar sobre sustentabilidade a partir da realidade local nos currículos
	Capacitação em metodologias didáticas que incluem o ensino com a solução de problemas sociais da comunidade onde está inserida

Fonte: Elaboração própria (2022).

Diante do exposto, os indicadores propostos nessa dimensão sugerem à IES a necessidade de organizar sua política de educação além do ensino de disciplinas curriculares, considerando as emergências socioambientais para gerar inovações socioeconômicas, ou seja, passar do paradigma da empregabilidade para o paradigma da inovação socialmente responsável, em que a economia regenerativa é a nova abordagem na formação de profissionais que podem criar valor sem destruir os laços sociais (Vallaes, 2021);

c) Dimensão pesquisa

Os indicadores da pesquisa consideram os atributos de sustentabilidade na perspectiva de indicadores que evidenciam práticas que denotam uma investigação pautada pela transversalidade, realizadas preferencialmente na comunidade, buscando soluções de problemas por elas sugeridos. Além disso, os indicadores denotam que a

pesquisa produz e dissemina conhecimento útil para a comunidade acadêmica e não acadêmica.

Nessa dimensão, a matriz de atributos e indicadores de sustentabilidade propõe indicadores na perspectiva dos atributos: *campus* sustentável, transparência, integralidade e pertença comunitária. Os indicadores, conforme o exposto no Quadro 4 e considerados nesta dimensão, compreendem a atividade científica pela concertação de linhas de pesquisa ligadas a interlocutores externos, articulam a produção de conhecimento com a agenda de desenvolvimento local e nacional, além de considerar também as políticas públicas. Essa dimensão entende ainda que a construção do conhecimento inclui a participação da comunidade acadêmica e não acadêmica, bem como a interdisciplinaridade.

Quadro 4 – Dimensão pesquisa: atributos e indicadores

Atributo	Indicador
<i>Campus</i> sustentável	Existência de projeto de pesquisa com vista a eficiência ecológica e P&D desenvolvidos a partir do Campus Universitário
Transparência	Participação dos comitês (de pesquisa, ética, extensão, dentre outros) na definição da política de investigação.
	Canais e métodos de divulgação científica das pesquisas realizadas
	Realiza <i>feedbacks</i> parciais dos resultados ao público impactado ao longo do processo da pesquisa
Integralidade	Desenvolve pesquisa aplicada articulando P&D com foco no social e ambiental
	Incentivos para projetos de pesquisa de natureza socioambiental, desenvolvimento econômico e social, e de inclusão social.
	Incentivos para projetos de pesquisa na perspectiva inter e transdisciplinar
Pertença comunitária	Estabelece alianças e sinergias com membros da comunidade não universitária para elaborar políticas de pesquisa adequadas às demandas sociais
	Projeto proposto por pesquisador ou grupo de pesquisa em parceria com empresa ou grupo de empresas, visando o desenvolvimento tecnológico.
	Projeto proposto por pesquisador ou grupo de pesquisa em parceria com entidades públicas, visando à inovação social.
	Transferência da tecnologia produzida no campus com vistas a mitigar os potenciais impactos sociais e ambientais da sua atividade

Fonte: Elaboração própria (2022).

Dessa forma, os indicadores denotam que a pesquisa que a IES venha a realizar deve partir de ações sistematizadas e com a participação de grupos, de comitês, de empresas que venham a ser envolvidas no processo de construção de novos conhecimentos. Além disso, é sugerida pelos indicadores a identificação de projetos dentro e fora da IES, onde sejam contempladas ações de P & D aliadas ao desenvolvimento econômico e sustentável.

Os indicadores dessa dimensão procuram identificar os impactos cognitivos que, por conseguinte, também geram impactos na sociedade. Eles sugerem avaliar o que as IES fazem para produzir conhecimento e como os seus estudantes estão inseridos nesse processo. Nesse nexo, cabe acrescentar que uma pesquisa inter e transdisciplinar permite

conduzir os acadêmicos a gerarem conhecimento não acadêmico, que é uma questão importante na cultura da sociedade da informação e do conhecimento (URSULA, 2019).

d) Dimensão Extensão

Os indicadores desta dimensão são conectados com os atributos de sustentabilidade a fim de evidenciar os impactos da extensão nas IES. A gestão da extensão parte da interação da IES com o meio ambiente e com a sociedade, utilizando-se das demais dimensões: gestão, ensino e pesquisa, e objetiva contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade justa, inclusiva e sustentável. Para que isso ocorra, a formação acadêmica precisa abranger a produção de conhecimento da profissão do futuro egresso, bem como valores éticos, valores humanísticos e morais desenvolvidos com sua participação em projetos e programas de responsabilidade social no cuidado de grupos vulneráveis.

A gestão socialmente responsável das questões voltadas à participação da IES na comunidade por meio da extensão contempla a realização de projetos com a comunidade não acadêmica, com vistas a estabelecer vínculos de aprendizagem mútua e de desenvolvimento socioeconômico, conforme previsto no Quadro 5.

Quadro 5 – Dimensão extensão: atributos e indicadores

Atributo	Indicador
Campus sustentável	Política sustentável para disponibilização do campus/campus à comunidade
Transparência	Política de articulação da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão na comunidade acadêmica.
	Monitora e avalia o impacto e a sustentabilidade dos projetos sociais realizados na comunidade acadêmica
	Política de extensão priorizada, na comunidade do entorno, com vistas à solução de problemas sociais e ambientais por ela (comunidade) definidos.
Integralidade	Participação ativa na discussão e construção de políticas públicas na comunidade onde está inserida
	Incentivos para projetos de extensão de natureza socioambiental, desenvolvimento econômico e social, e de inclusão social.
	Incentivos para projetos de extensão de natureza socioambiental, desenvolvimento econômico e social, e de inclusão social.
	Projetos de extensão, em questões ambientais para não acadêmicos, a partir do <i>know-how</i> em sustentabilidade e da estrutura do campus
Pertença Comunitária	Alianças e sinergias com membros da comunidade não acadêmica para elaborar políticas de extensão adequadas às demandas sociais
	Comunidade acadêmica capacita grupos, comunidades e/ou pessoas em situação de vulnerabilidade social.
	Projetos de extensão em parceria com entidades públicas, visando à inovação social.
	Projetos de extensão duradouros, com a comunidade, combinando empreendedorismo e autonomia dos indivíduos.

Fonte: Elaboração própria (2022).

A extensão, dessa forma conduzida, contribui para a formação e desenvolvimento da sensibilidade social dos acadêmicos, que posteriormente serão evidenciados em sua atuação profissional, e dos funcionários. Além disso, os indicadores projetam o acadêmico para integrar a formação e a investigação em projetos cocriados com a comunidade acadêmica e não acadêmica, numa perspectiva duradoura, incluindo a participação na agenda de desenvolvimento local, nacional e internacional (Valleys, 2021).

A matriz de atributos e indicadores proposta pode ser aplicada a diferentes tipos de IES. No entanto, sua implementação pode variar conforme a estrutura de cada instituição. A generalização da RSU para todas as IES é não apenas adequada, mas desejável, pois as instituições, independentemente de sua organização acadêmica, desempenham papel essencial na formação de pessoas e na promoção da sustentabilidade. O SINAES reforça essa adequação ao prever a avaliação da RS como um aspecto relevante nas IES, reconhecendo suas especificidades. Assim, embora as exigibilidades de ensino, pesquisa e extensão variem conforme a classificação institucional definida pela legislação a adoção da matriz tende a contribuir para que cada IES, dentro de suas possibilidades e atribuições legais, fortaleça seu compromisso com a responsabilidade social e com o desenvolvimento sustentável.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse artigo, o resgate da literatura conduziu para a construção de atributos e indicadores de sustentabilidade com base nos estudos de Vallaey (2021), Vallaey e Rodríguez (2019), URSULA (2019), dentre outros, contribuindo com a proposta de uma matriz aplicável a qualquer IES, em que são sugeridos quatro atributos com quatro dimensões de análise desdobrada em 50 indicadores de sustentabilidade.

O conjunto de indicadores foi construído a partir dos distintos impactos que a IES causa na comunidade: gestão organizacional, ensino, pesquisa e extensão. Além, dessas dimensões, os indicadores da matriz foram estruturados levando em consideração quatro atributos de sustentabilidade: *campus* sustentável, transparência, integralidade e pertença comunitária. Os atributos, por sua vez, perpassam todas as dimensões conforme seus distintos impactos na IES.

Considera-se, ainda, que a proposta de matriz de atributos e de indicadores deste estudo tem o intuito de provocar na comunidade acadêmica a percepção de novas perspectivas para as IES em relação às funções sociais, econômicas, ambientais. Nesse sentido, espera-se que instrumentos como o proposto neste trabalho, ao serem construídos de forma sistêmica, possam oferecer um *framework* capaz de oferecer às IES uma possibilidade de avaliar os distintos impactos advindos de sua atuação envolvendo atores sociais, com os quais elas se relacionam direta e indiretamente na condução transversal do ensino, da pesquisa, da extensão, e na gestão organizacional como um alicerce para a realização das demais dimensões.

Ao refletir sobre a RSU das IES, há que se refletir em processos que incorporem às suas práticas princípios de responsabilidade socioambiental que contribuam para a construção de novas formas de relação entre sociedade e meio ambiente.

Nesse entendimento, as IES assumem um papel de destaque na condução de uma sociedade socialmente responsável, uma vez que elas contribuem na formação de cidadãos comprometidos e conscientes. Ao incorporar práticas de RSU, as IES demonstram seu compromisso em colaborar para o desenvolvimento de uma sociedade que se realiza no presente sem desprezar o futuro. Em sendo assim, esse processo envolve não apenas a excelência acadêmica, mas também a promoção da igualdade de oportunidades e o engajamento em projetos que oportunizem a pesquisa e a extensão, ampliando seu impacto positivo na sociedade e proporcionando serviços e conhecimentos à comunidade.

Além disso, a sustentabilidade na perspectiva da RSU inspira os discentes a se tornarem agentes de mudança, incentivando-os a aplicar suas habilidades em prol da sociedade sustentável. Essa abordagem contribui para a formação de profissionais éticos e comprometidos com o desenvolvimento sustentável. Ao incorporar práticas de RSU, as IES estabelecem um exemplo para outras organizações e desempenham um papel fundamental na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, onde o conhecimento é empregado para enfrentar desafios reais.

REFERÊNCIAS

ADEL, H. M.; ZEINHOM, G. A.; YOUNIS, R. A. A. From university social-responsibility to social-innovation strategy for quality accreditation and sustainable competitive advantage during COVID-19 pandemic. **Journal of Humanities and Applied Social Sciences**, Leeds, v. 4, n. 5, p. 410-437, 2022. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/JHASS-04-2021-0086/full/html>. Acesso em: 6 set. 2022.

AHMAD, R. *et al.* The nexus of corporate social responsibility (CSR), affective commitment and organisational citizenship behaviour in academia: A model of trust. **Employee Relations: The International Journal**, Leeds, v. 42, n. 1, p. 232-247, 2020. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/ER-04-2018-0105/full/html>. Acesso em: 16 ago. 2021.

AINA, Y. A.; ABUBAKAR, I. R.; ALSHUWAIKHAT, H. M. Global Campus Sustainability Ranking. In: **Encyclopedia of Sustainability in Higher Education**, Cham, 2019, p. 743-752. Disponível em: https://link.springer.com/content/pdf/10.1007/978-3-030-11352-5_04.pdf. Acesso em: 25 jun. 2021.

ALSHUWAIKHAT, H. M.; ABUBAKAR, I. An integrated approach to achieving campus sustainability: assessment of the current campus environmental management practices. **Journal of Cleaner Production**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 16, p. 1777–1785, 2008.

Disponível em:

https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0959652607002545?casa_token=jnQv9a2AsFAAAAAA:AOQGQsdVYfu0QkqPDUbWjSPnTJJN-IOJ9HjJX-GlayaULp6Yh7l0vaR2PE4Sduwo9x4p573ix_il. Acesso em: 25 jun. 2021.

BAHIA, L. O. **Guia referencial para construção e análise de indicadores**. Brasília: ENAP, 2021. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/222139/guia%20referencial%20para%20construcao%20e%20analise%20de%20indicadores%20-%20seges.pdf?sequence=1>. Acesso em: 11 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **LDB - Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 17 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **SINAES** - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação/[Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira]. 5. ed. rev. e ampl. Brasília: INEP, 2009a Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm. Acesso em: 17 mar. 2025.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil**.

Brasília: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Presidência da República. Lei da certificação das entidades de beneficentes de assistência social. **Lei nº 12.101** de 27 de novembro de 2009b. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12101.htm. Acesso em: 13 mar. 2025

BRASIL. Presidência da República. **Lei Nº 12.881**, de 12 de Novembro de 2013. 2013.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12881.htm. Acesso em: 9 ago. 2021.

CALDERÓN, A. I. Responsabilidade social: desafios à gestão universitária. Estudos:

Revista da Associação Brasileira de Mantenedores do Ensino Superior, Brasília, v. 23, n. 34, p. 13-27, 2005.

CALDERÓN, A. I.; GOMES, C. F.; BORGES, R. M. Responsabilidade Social da Educação Superior: mapeamento e tendências temáticas da produção científica brasileira (1990-2011). In: **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 21 n. 66 jul./set., p. 653-679, 2016. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/9BLqTf5DT3ppdfRr3Kn4FXN/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 mar. 2022.

CEULEMANS, K.; LOZANO, R.; ALONSO-ALMEIDA, M. M. Sustainability reporting in higher education: Interconnecting the reporting process and organisational change management for sustainability. **Sustainability**, Basel, v. 7, n. 7, p. 8881-8903, 2015.

Disponível em: <https://www.mdpi.com/104534>. Acesso em: 4 out. 2021.

CHEN, Chen; VANCLAY, Frank. Transnational universities, host communities and local residents: social impacts, university social responsibility and campus sustainability.

International Journal of Sustainability in Higher Education, Leeds, v. 22, n. 8, p. 88-107, 2021. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/IJSHE-10-2020-0397/full/html>. Acesso em: 11 ago. 2021

CHICHARRO, M. N.; CARRILLO, I. A.; ROSA, P. R.. **Responsabilidad Social Universitaria**: estudio empírico sobre la fiabilidad de un conjunto de indicadores de Gobierno Corporativo. 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/818/81841166008.pdf>.

Acesso em: 10 set. 2022.

DIAS SOBRINHO, J. Educação superior, globalização e democratização: qual universidade? **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 28, p. 164-73, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/xZvK8WKS5zkC7mznzGbTSXk/>.

Acesso em: 4 fev. 2022.

FACIONE, P. A. **Critical thinking**: a statement of expert consensus for purposes of educational assessment and instruction. 1990. Disponível em:

<https://philarchive.org/archive/FACCTA>. Acesso em: 4 fev. 2022.

GARCÍA, I. A. *et al.* Validación de un cuestionario sobre actitudes y práctica de actividad física y otros hábitos saludables mediante el método Delphi. **Revista Española de Salud Pública**, Toluca de Lerdo, v. 93, 16 de set., 2019. Disponível em:

<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=17066277079>. Acesso em: 4 fev. 2022.

GREENMETRIC, UI. Criteria & Indicators. **Greenmetric**, 2018. Disponível em:

<http://greenmetric.ui.ac.id/about/methodology>. Acesso em: 4 out. 2021.

GRISHAM, T. The Delphi technique: a method for testing complex and multifaceted topics. **International Journal of Managing Projects in Business**, Leeds, v. 2, n. 1, p. 112-130, 2009. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/17538370910930545/full/html>. Acesso em: 4 fev. 2022.

HORAN, W.; O'REGAN, B. Developing a Practical Framework of Sustainability Indicators Relevant to All Higher Education Institutions to Enable Meaningful International Rankings. **Sustainability**, Basel, v. 13, n. 2, p. 629, 2021. Disponível em: <https://www.mdpi.com/956524>. Acesso em: 22 set. 2021.

KISZNER, S. F. B. Indicadores de Responsabilidade Social nas organizações: conceitos, abordagens e modelos. In: XVI Colóquio Internacional de Gestão Universitária – CIGU. 16., 2016, Florianópolis, SC. **Anais [...]**. Florianópolis, SC: UFSC, 2016. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/171019/OK%20-%20101_00568.pdf?sequence=1. Acesso em: 29 mar. 2020.

LAVOR FILHO, T. *et al.* Responsabilidade Social da Universidade (RSU) no Brasil. Uma revisão sistemática. **Educação, Sociedade & Culturas**, Porto, v. 58, p. 11-31, 2021. Disponível em: <https://www.up.pt/revistas/index.php/esc/article/view/149>. Acesso em: 25 jun. 2022.

LEAL JUNIOR, I. C.; GUIMARÃES, Vanessa A.; PEREIRA, Newton N. Avaliação de aspectos e atributos de sustentabilidade para priorização de projetos de dragagem em portos. **Revista de Administração, Sociedade e Inovação**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 152-174, 2017. Disponível em: <https://www.rasi.vr.uff.br/index.php/rasi/article/view/173/48>. Acesso em: 25 fev. 2021.

LIMA, F. U. **Processos Organizacionais**. 2017. Disponível em https://www2.unifap.br/furtado/files/2017/04/Processos_Organizacionais_1.pdf. Acesso em: 4 mar. 2021.

LINSTONE, H. A.; TUROFF, M. Delphi: A brief look backward and forward. **Technological forecasting and social change**, Rio de Janeiro, v. 78, n. 9, p. 1712-1719, 2011. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0040162510002155>. Acesso em: 25 nov. 2021.

LOZANO, R. *et al.* A review of commitment and implementation of sustainable development in higher education: results from a worldwide survey. **Journal of cleaner production**, Rio de Janeiro, v. 108, p. 1-18, 2015. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0959652614009780>. Acesso em: 6 out. 2022.

MARCUS, J. *et al.* Embedding sustainability learning pathways across the university. **Current Opinion in Environmental Sustainability**, New Jersey, v. 16, p. 7–13, 2015.

Disponível em:

<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S187734351500076>. Acesso em: 13 mar. 2025.

MARQUES, J. B. V.; FREITAS, D. Método DELPHI: caracterização e potencialidades na pesquisa em Educação. **Pro-Posições**, Campinas, v. 29, p. 389- 415, 2018. Disponível em: 253 <https://www.scielo.br/j/pp/a/MGG8gKTQGhrH7czngNFQ5ZL/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 4 fev. 2022.

MARTÍ-NOGUERA, J.; CALDERÓN, A.; FERNÁNDEZ-GODENZI, A. La responsabilidad social universitaria en Iberoamérica: análisis de las legislaciones de Brasil, España y Perú.

Revista iberoamericana de educación superior, Cidade do México, v. 9, n. 24, p. 107-124, 2018. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?pid=S2007-28722018000100107&script=sci_arttext. Acesso em: 10 jan. 2022.

MASERA, O.; ASTIER, M.; LÓPEZ-RIDAURA, S. Sustentabilidad y manejo de recursos naturales: el marco de evaluación MESMIS. Mundi-Prensa: **GIRA**: Instituto de Ecología, 1999. Disponível em: <http://www.sidalc.net/cgi-bin/wxis.exe/?IisScript=orton.xis&method=post&formato=2&cantidad=1&expresion= mfn=070393>. Acesso em: 4 out. 2021.

MENÉSES, E. J. L. *et al.* Validación del instrumento didáctico de valoración de observatorios digitales sobre MOOC: CUVOMOOC® mediante el Método Delphi. *Campus Virtuales*, [s.l.], v. 7, n. 1, p. 95-100, 2018. Disponível em: <http://www.ujournals.com/ojs/index.php/campusvirtuales/article/view/299>. Acesso em: 13 mar. 2025.

MESEGUER-SÁNCHEZ, V. *et al.* Examining the research evolution on the socioeconomic and environmental dimensions on university social responsibility. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, Lausanne, v. 17, n. 13, p. 4729, 2020. Disponível em: <https://www.mdpi.com/757824>. Acesso em: 16 ago. 2022.

MUNARETTO, L. F.; CORRÊA, H. L.; CUNHA, J. A. C.. Um estudo sobre as características do método Delphi e de grupo focal, como técnicas na obtenção de dados em pesquisas exploratórias. **Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria**, Santa Maria, v. 6, núm. 1, enero-marzo, 2013, Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2734/273428927002.pdf>. Acesso em: 4 fev. 2022.

MURRAY, J. W.; HAMMONS, J. O. Delphi: A versatile methodology for conducting qualitative. **Personnel Psychology**, New Jersey, v. 28, n. 4, p. 563-575, 1995. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/644609>. Acesso em: 4 fev. 2022.

ONU. Organização das Nações Unidas no Brasil. **Transformando Nosso Mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 17 de mar. 2025.

PAREJA, I. V. **El método Delphi**. Facultad de Ingeniería Industrial. Bogotá. 2003.

PARSONS, A. Literature review on social responsibility in higher education. Occasional Paper Number 2 UNESCO Chair for Community Based. **Research and Social Responsibility in Higher Education**. Vitória: University of Victoria, 2014. Disponível em: https://unescochair-cbrsr.org/unesco/pdf/Occasional_paper.pdf. Acesso em: 23 ago. 2021.

POWELL, C. The Delphi technique: myths and realities. **Journal of advanced nursing**, New Jersey, v. 41, n. 4, p. 376-382, 2003. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1046/j.1365-2648.2003.02537>. Acesso em: 4 fev. 2022.

SINDELAR, F. C. W.; BARDEN, J. E.; STÜLP, S. Contributions to improve sustainability conditions in gemstonebenefiting companies. **Brazilian Journal of Environmental Sciences**, Rio de Janeiro, v. 56, n. 3, p. 424-435, 2021. Disponível em: http://www.rbciamb.com.br/index.php/Publicacoes_RBCIAMB/article/view/938. Acesso em: 4 out. 2021.

URSULA. Unión de Responsabilidad Social Universitaria Latinoamericana. Manual de Responsabilidade Social Universitária. **O modelo URSULA**: estratégias, ferramentas, indicadores. 2019. Disponível em: <https://unionursula.org/publicaciones-ursula>. Acesso em: 18 nov. 2020.

VALLAEYS, F. (Dir.). **Hacia una política pública latinoamericana de Responsabilidad Social Universitaria**: Innovación social, calidad y pertinencia de la educación superior. CAF, URSULA, 2021. Disponível em: <https://unionursula.org/wp-content/uploads/2022/01/Hacia-una-politica-publica-latinoamericana-de-RSU-URSULA.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2023.

VALLAEYS, F. As dez falácias da Responsabilidade Social Universitária. *Rev. Digit. Invest. Docencia Univ*. Lima, vol.12, n.1, p.34-58. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.19083/ridu.12.716>. Acesso em: 7 jul. 2022.

VALLAEYS, F. Que significa responsabilidade social universitária? Estudos: **Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior**, Brasília, v. 24, n. 36, p. 35-55, jun. 2006. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/publicacoes/Estudos36.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2023.

VALLAEYS, F. Responsabilidade social universitária: uma definição prudente e responsável. Colóquio: **Revista do Desenvolvimento Regional**, Taquara, v. 14, n. 2, p. 159-173, jul./dez. 2017. Disponível em: Disponível em: <https://seer.faccat.br/index.php/coloquio/article/view/723>. Acesso em: 2 dez. 2021.

VALLAEYS, F.; CRUZ, C. de la; SASIA, P. M. **Responsabilidad social**: manual de primeros pasos. México: The McGraw-Hill Companies; Inter-American Development Bank, 2009.

VALLAEYS, F.; RODRÍGUEZ, J. A. Hacia una definición latinoamericana de responsabilidad social universitaria. Aproximación a las preferencias conceptuales de los universitarios. **Educacion XX1**, Madri, v. 22, n. 1, p. 93-116, 2019. Disponível em: https://www.academia.edu/download/60350858/Arti_RSU_FV_y_Julie_Alvarez20190821-105529-1p8puu4.pdf. Acesso em: 27 jul. 2022.

VÁZQUEZ, P. *et al.* An entangled model for sustainability indicators. **PloS one**, Cambridge, v. 10, n. 8, p. 1-12, 2015. Disponível em: <https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0135250>. Acesso em: 24 set. 2021.

VERONA, L. A. F. **Avaliação de sustentabilidade em agroecossistemas de base familiar e em transição agroecológica na região sul do Rio Grande do Sul**. Pelotas: UFPEL, 2008. Disponível em: <http://www.repositorio.ufpel.edu.br/handle/prefix/4933>. Acesso em: 25 jun. 2022.

WEBER, J. *et al.* Indicadores de Sustentabilidade para Instituições de Ensino Superior: O Caso da Universidade Federal da Fronteira Sul-UFFS. **REUNIR - Revista de Administração Contabilidade e Sustentabilidade**, Campina Grande, v. 10, n. 4, p. 42-55, 2020. Disponível em: <https://www.reunir.revistas.ufcg.edu.br/index.php/uacc/article/view/963>. Acesso em: 4 out. 2021.

YOUSUF, M. I. Using expertsopinions through Delphi technique. **Practical assessment, research, and evaluation**, Boston, v. 12, n. 1, p. 4, 2007. Disponível em: <https://scholarworks.umass.edu/pare/vol12/iss1/4/>. Acesso em: 04 fev. 2022.

Contribuições dos autores

Valtuir dos Santos Filho – Levantamento do referencial bibliográfico, coleta de dados, análise dos dados e escrita do texto.

Júlia Elisabete Barden – Orientadora da pesquisa quanto aos objetivos, procedimentos metodológicos e referencial bibliográfico, participação na análise dos dados e revisão do texto.

Declaração de conflito de interesse

Os autores declaram que não há conflito de interesse com o artigo “Responsabilidade social universitária: uma proposta de avaliação”.

Disponibilidade de dados

Os conteúdos subjacentes ao texto da pesquisa estão contidos no artigo.

Revisado por: Jean Michel Valanddro

E-mail: jeanmvalandro@gmail.com